



FÁBRICA CARIOCA
DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018.

Em 2018, diante do cenário socioeconômico, no Brasil, a atividade econômica retomou a trajetória de recuperação, embora ainda lenta, mais com a redução dos níveis de inflação, passando as expectativas presidenciais. A flexibilidade da política monetária e a redução da taxa Selic de 10% a.a. em 2017 contribuíram para a redução das expectativas inflacionárias no país. Alguns fatos marcaram o ano de 2018 da FCC S/A, dentre eles podemos destacar: O Programa de coleta seletiva da FCC S/A conseguiu ultrapassar a meta de 85% na destinação de resíduos recicláveis pela segunda vez na história da empresa, em 2018 alcançando 86,7%. Durante o ano de 2018 não tivemos acidentes de trabalho com afastamento, demonstrando que segurança é mais do que alcançar uma meta, é Valor. Ações de voluntariado estiveram em ação durante o ano de 2018, onde consolidamos o programa "corrente do bem" com a ajuda à creches e escolas da localidade. A FCC S/A mantém assegurando saúde, meio ambiente, tendo como Missão o fornecimento de catalisadores, aditivos e soluções para as indústrias de petróleo e química de forma rentável e com a Visão de ser uma empresa reconhecida como de alta tecnologia, líder nos mercados onde atua, de forma ética, rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável. Superamos as metas de qualidade com o atendimento a todas as especificações dos nossos produtos, bem como completamos dez anos de efuentes líquidos especificados a 100%, o que demonstra nossa responsabilidade com o meio ambiente, bem como, com nossos clientes. A receita líquida do ano de 2018 fechou em R\$ 405 milhões, 12,54% maior que no ano anterior, demonstrando que somos uma empresa sólida e comprometida com a entrega de nossos produtos aos nossos clientes. A produção ficou em linha com o orçamento, ações de pesquisa e desenvolvimento seguem na linha da criação de aditivos e reformulações de catalisadores buscando aumentar a performance das refinarias (ou atender requisitos legais. O lucro líquido foi de R\$ 61 milhões, contra R\$ 69 milhões em 2017. Geramos um Ebitda de 101 milhões em 2018 e 116 milhões em 2017. Possuímos um contrato de longo prazo com a Petrolbras para fornecimento de catalisadores e aditivos durante o prazo de 10 anos, assinado em 2015, o que permite a FCC S/A planejar seus negócios e investimentos a médio e longo prazo. Na mesma linha, a partir do 2º semestre de 2017 iniciamos o fornecimento de catalisadores e aditivos para Albernare, cuja demanda se estenderá para o ano de 2019. O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2018, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Este relatório reflete a realidade da Sociedade e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. A Diretoria da FCC S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	2018		2017	
	Nota	2018	Nota	2017
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.264	80.997	
Contas a receber	5	77.825	62.034	
Estoques	6	53.916	41.648	
Impostos a recuperar	7(a)	24.921	11.891	
Adiantamento a fornecedores	8	117	1.671	
Outros ativos circulantes	9	2.783	3.502	
		208.826	201.742	
Não circulante				
Depósitos judiciais	14	5.200	6.556	
Impostos a recuperar	7(a)	774	604	
Impostos diferidos	7(c)	317	-	
Imobilizado	10	88.219	89.748	
Intangível	11	1.126	1.695	
		95.668	98.603	
Total do ativo		304.494	300.345	
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores		6.573	6.235	
Férias, salários e encargos sociais		7.629	8.121	
Imposto de renda, contribuição social e outros	7(b)	12.196	12.768	
Dividendo proposto	18(c)	15.199	-	
Obrigações com custos industriais e outros	16	4.363	4.117	
Contas a pagar de materiais e serviços	17	8.213	6.625	
		54.173	42.365	
Não circulante				
Provisão para contingências	14	4	576	
Impostos diferidos	7(c)	-	1.685	
		4	2.261	
Patrimônio líquido				
Capital social	18	145.000	145.000	
Reserva legal		29.000	29.000	
Reserva de capital de giro e reinvestimentos		30.719	43.007	
Reserva para dividendo adicional proposto		38.712	38.712	
		250.317	255.719	
Total do passivo e patrimônio líquido		304.494	300.345	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Reservas de Lucros	2018		2017	
	Nota	2018	Nota	2017
Reservas Estatutárias				
Reserva de capital de giro e adicional	18a	145.000	145.000	
Reserva legal	18b	29.000	29.000	
Reserva de capital de giro e reinvestimentos	18c	30.719	43.007	
Reserva para dividendo adicional proposto	18c	38.712	38.712	
Total		250.317	255.719	
Reservas de Lucros				
Reserva de capital de giro e adicional	18a	145.000	145.000	
Reserva legal	18b	29.000	29.000	
Reserva de capital de giro e reinvestimentos	18c	30.719	43.007	
Reserva para dividendo adicional proposto	18c	38.712	38.712	
Total		250.317	255.719	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional: A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, cujo objetivo é desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. O parque industrial, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, possui capacidade para atender a demanda nacional e a do mercado externo de sua influência. Conforme detalhado na nota 12, a Sociedade realiza a maioria de suas transações relevantes com uma de suas controladas, a Petrolbras, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, essas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. A Sociedade também possui participação da Albernare Brazil Holdings Ltda, formando um empreendimento conjunto em conjunto entre ambos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 houve aumento nas vendas para a Albernare Corporation em função das operações de exportação e condições do mercado nacional. A composição acionária encontra-se descrita na nota 14. Ressaltamos que no exercício de 2018 ocorreu incremento nas vendas de catalisadores e aditivos para Albernare nas vendas de Houston nos Estados Unidos e Amsterdã na Holanda, para atendimento nos mercados estrangeiros onde há atuação da Albernare. A expectativa da Administração é que essas vendas devam seguir durante o todo o exercício de 2019. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2019. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Sociedade no qual o CPC 47/IFRS 15 "Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 15 "Instrumentos Financeiros" foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 2.e. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e, somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade e a moeda de apresentação. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade e a moeda de apresentação. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam ter sido afetadas por um ajuste de janeiro de 2019 próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (i) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota 3(i). (ii) **Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o período de pensão, estão a idade, o tempo de serviço e mudanças nessas premissas afetam o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Sociedade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras séries de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, as políticas encontram-se mais detalhadas na nota 3(j). (iii) **Provisões para contingências judiciais:** Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente estimado. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **e. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e o CPC 48/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Sociedade. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Sociedade na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram representadas para refletir os requerimentos das novas normas em função dos efeitos não terem sido relevantes. **f. CPC 47/IFRS 15** Receita de contrato com cliente: O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando

uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - "Receitas", o CPC 17/IAS 11 - "Contrato de construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Sociedade determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas da norma nova devem ser reconhecidas com clientes devem ser reconhecidas ao longo das cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou quando) o cliente obtém o controle e o cliente é satisfeito. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfetida quando (ou a medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido. A Sociedade adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, período em que não houve impacto significativo em suas operações. Conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi representada. Isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa. **g. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9/CPC 48 introduz modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substituiu o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros - "Reconhecimento e Mensuração". **Classificação - Ativos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de lucro líquido e outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nova não são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de redução de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: a) Perdas de crédito esperadas em 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência ao longo de 12 meses após a data base; e b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver um baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contratos a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo, política pela qual a Sociedade optou pela adoção. A Sociedade acredita que a adoção da IFRS 9/CPC 48 não afetará o valor recuperável tendendo a aumentar e tornarem-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48, não identificou impacto significativo da adoção da norma em função de não existirem perdas recorrentes com saldo representativo e o índice de inadimplência ser historicamente baixo (conforme divulgado na nota explicativa 5). **Passivos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são parcialmente apresentadas de acordo com o método de aplicação de perdas que é atribuído às alterações no risco de crédito do passivo financeiro não apresentado em ORA, e o valor reconhecido da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Sociedade não possui passivos financeiros mensurados ao VJR. **Divulgações:** A IFRS 9/CPC 48 exige divulgação de informações adicionais sobre a avaliação de perdas de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Sociedade inclui uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais, os quais a Sociedade avaliou que os impactos são materiais na aplicação da norma. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em seguida são as principais políticas contábeis mais aplicadas em todas as demonstrações nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas nacionais pelas taxas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
Receita	19	404.595	359.497
Custo dos produtos vendidos	20	(260.329)	(213.614)
Lucro bruto		144.266	145.883
Recursos (despesas) operacionais			
Despesa financeira	20	(63.647)	(57.756)
Outras (despesas) receitas, líquidas	21	2.636	7.764
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		83.255	95.891
Despesa financeira	22	(183)	(153)
Receitas financeiras	22	4.103	8.171
Variações monetárias, líquidas	22	4.505	634
Resultado financeiro, líquido		8.425	8.652
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social	7(c)	91.680	104.543
Corrente		(32.884)	(35.314)
Diferido		8.002	(1.84)
Lucro líquido do exercício		60.798	69.045
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$		121	138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	60.798	69.045
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	60.798	69.045

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		60.798	69.045
Ajustes			
Provisão para impairment		(217)	1.162
Perda de crédito recuperada		358	145
Depreciação e amortização		15.233	16.137
Provisão de imposto de renda e da contribuição social corrente		32.884	35.314
Provisão para contingências e outros		(572)	165
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado e intangível		1.126	1.695
Impostos diferidos		(2.002)	184
Obrigações com custos industriais e outros		246	(2.477)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizadas		3.580	1.158
		110.363	121.140

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Aumento) redução em ativos

Contas a receber de clientes	(19.184)	(6.158)
Estoques	(12.267)	(3.923)
Impostos a recuperar	(13.653)	(3.477)
Depósitos judiciais e outros	1.094	(751)
Outros ativos circulantes	2.272	1.759
	(41.739)	(12.550)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Aumento) redução em passivos

Fornecedores	161	183
Provisão para férias, salários e encargos sociais	(492)	(172)
Impostos e contribuições a recolher	(18.685)	(16.129)
Contas a pagar de materiais e serviços	(17.429)	(12.836)
	(51.194)	(95.754)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido proveniente das operações

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	80.997	77.812	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	49.264	80.997	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Receita na venda de ativo imobilizado	21	189	
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(13.162)	(17.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(61.000)	(59.403)	
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento (redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa em 2018	(31.733)	3.185	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	80.997	77.812
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	49.264	80.997

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido proveniente das atividades de investimento

Receita na venda de ativo imobilizado	21	189	106
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(13.162)	(17.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(61.000)	(59.403)	(59.403)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento (redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa em 2017	(31.733)	3.185	3.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido proveniente das atividades de investimento

Receita na venda de ativo imobilizado	21	189	106
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(13.162)	(17.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(61.000)	(59.403)	(59.403)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento (redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa em 2017	(31.733)	3.185	3.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido proveniente das atividades de investimento

Receita na venda de ativo imobilizado	21	189	106
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(13.162)	(17.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(61.000)	(59.403)	(59.403)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento (redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa em 2017	(31.733)	3.185	3.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido proveniente das atividades de investimento

Receita na venda de ativo imobilizado	21	189	106
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(13.162)	(17.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(61.000)	(59.403)	(59.403)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento (redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa em 2017	(31.733)	3.185	3.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido proveniente das atividades de investimento

Receita na venda de ativo imobilizado	21	189	106
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(13.162)	(17.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(61.000)	(59.403)	(59.403)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento (redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa em 2017	(31.733)	3.185	3.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa líquido proveniente das atividades de investimento

Receita na venda de ativo imobilizado	21	189	106
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(13.162)	(17.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(61.000)	(59.403)	(59.403)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento (redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa em 2017	(31.733)	3.185	3.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48

linear em 5 anos. O valor recuperável do ativo intangível é testado sempre que eventos ou mudanças indicarem que o valor contábil não se recuperará... (i) Ativos não financeiros: O valor recuperável de um ativo não financeiro...

Table with columns for 2018 and 2017, detailing financial results such as 'Contas a receber', 'Estoque', and 'Deposito Interbancario (ODI) em 2018 e 2017'.

6. Estoques: Matérias-primas, Produtos intermediários, Produtos acabados, Armazenado de partes, Outros. Durante o ano de 2017, foram realizados testes com matérias primas com o objetivo de avaliar o processo fabril e não foi constituída provisão para perda.

Table showing 'Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher' for 2018 and 2017, including Circulante and Não Circulante categories.

Imposto de renda e contribuição social diferida: Provisão de insumos e outras despesas: adição, Provisão para contingências e outros - adição, Lucros diferidos e outros - exclusão.

Table for 'Imposto de renda e contribuição social diferida' showing 2018 and 2017 data for various categories like 'Provisão de insumos e outras despesas: adição'.

9. Outros ativos circulantes: Adiantamento de Férias, Adiantamento a Funcionários, Impostos antecipados, Despesas Antecipadas, Outros.

Table for 'Outros ativos circulantes' with columns for 2018 and 2017, detailing 'Adiantamento de Férias', 'Adiantamento a Funcionários', etc.

Table for '10. Imobilizado' showing 2018 and 2017 data for 'Custo', 'Adições', 'Alienações e baixas', etc.

No ano de 2010, o projeto denominado HYPE iniciou a fase conceitual, que consistiu no segregação de informações sobre o tipo de projeto a ser desenvolvido... (ii) Intangível: Saldo em 31 de dezembro de 2016, Saldo em 31 de dezembro de 2017.

Table for 'Intangível' showing 2018 and 2017 data for 'Saldo em 31 de dezembro de 2016', 'Adições', 'Transferências do imobilizado', etc.

12. Transações entre partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas são resumidas como se segue: Contas a receber, Custos de produtos, Contas a pagar, Despesas operacionais.

Table for 'Transações entre partes relacionadas' showing 2018 and 2017 data for 'Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras', 'Refinaria de Petróleo', etc.

13. Plano de benefícios a empregados: A Sociedade é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria para os seus empregados, por meio do plano de contribuição definida...

Table for 'Plano de benefícios a empregados' showing 2018 and 2017 data for 'Benefícios de curto prazo', 'Benefícios pós-emprego', etc.

14. Provisão para contingências e outros: Provisão para contingências e outros - adição, Lucros diferidos e outros - exclusão, Base de cálculo.

Table for 'Provisão para contingências e outros' showing 2018 and 2017 data for 'Provisão de insumos e outras despesas: adição', 'Lucros diferidos e outros - exclusão', etc.

FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A
CNPJ 28.944.734/0001-48

14. Provisão para contingências e depósitos judiciais: No curso normal das operações no Brasil, a Sociedade continua exposta a reivindicações legais locais. A política da Sociedade é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais aparentemente ter pouco embasamento no mérito, e gerencia-las por meio de seus assessores legais. A Sociedade reconhece provisão para contingência, quando há uma obrigação presente proveniente de eventos passados cuja liquidação resultará em saída de recursos relacionados aos benefícios econômicos. Os processos para os quais a Sociedade reconhece provisão para contingências, são processos trabalhistas. A abertura da provisão por natureza é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Provisões Trabalhistas	4	576
Valor justo dos ativos no final do exercício	4	576
No ano de 2018, foi baixada parte da provisão para contingências trabalhistas em virtude do pagamento de causas a ex-funcionários. Além disso, são reconhecidos depósitos judiciais para os questionamentos tributários cujos pagamentos ocorrem por meio de depósitos. Segue a abertura dos depósitos judiciais:	2018	2017
Depósitos judiciais - Tributários	5.067	6.433
Depósitos judiciais - Trabalhistas	144	104
Outros	19	19
Total	5.230	6.556

A abertura das causas possíveis por natureza é demonstrada a seguir:

	Valor Causa	Dep. Judicial
	2018	2017
Contingências trabalhistas	2.972	1.558
Contingências tributárias	8.265	8.659
	11.236	10.217

Os principais processos classificados como provisões e possíveis estão descritos a seguir: **Trabalhistas** - Essas reclamações judiciais referem-se a reclamações de pagamento de insalubridade, horas extras e dentre outras. **Tributário** - A Sociedade legítima contra o governo em relação à taxação considerada inapropriada. Procedimento para a classificação dos passivos judiciais como perda provável, possível ou duvidosa pelos advogados externos. A Sociedade tem utilizado como critério de análise o valor estimado que está em risco e não o valor total envolvido em cada processo. Excepcionalmente, se houver conhecimento suficiente desde o início que há risco muito alto ou muito baixo de perda, o assessor legal pode classificar a reivindicação como perda provável ou perda remota. Ao classificar a ação com probabilidade de perda provável, o advogado estima o valor em risco para tal afirmação. No final de outubro de 2018, a Sociedade foi notificada sobre uma decisão favorável vindo de processo judicial iniciado em 2008 contra a Receita Federal. O processo está relacionado a litígios fiscais relativos a alguns impostos federais (PIS e COFINS). No início de 2003, vários contribuintes e produtores efetuaram questionamentos sobre mudanças na lei que incluíam o ICMS ao valor do produto para aplicar o percentual de PIS / COFINS sobre o valor total, gerando uma espécie de "imposto sobre imposto". As discussões nos tribunais de primeira e segunda instâncias levaram muito tempo, porque os valores envolvidos são elevados. Após esse longo período, com decisões por vezes favoráveis aos contribuintes e por vezes favoráveis à Receita Federal, a discussão finalmente chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2017, o STF emitiu uma decisão favorável aos contribuintes, a fim de garantir os direitos de exclusão do ICMS do cálculo do PIS / COFINS. Embora a questão do mérito tenha sido resolvida, permanece a decisão acerca da modulação temporal de efeitos, pedido feito pelo fisco em sede de Embargos de Declaração. A Sociedade vem monitorando o caso, levantando a documentação necessária e realizando reuniões com os advogados para garantir o nível máximo de realização dos créditos fiscais. O Acórdão favorável à Sociedade prevê o prazo prescricional de cinco anos, contados a partir da data de impetração do Mandado de Segurança (em 2008), de 2003 a 2018. No entanto, para se beneficiar do crédito, aguarda-se o traslado e julgamento do processo. Os valores dos créditos levantados desde 2003 a 2018, estão atualizados pela taxa básica Selic, e constituem o valor de R\$ 72.774 mil, com data base de 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Período	Base de Cálculo	Valor do ICMS	Valor original resarcimento	Atualização SELIC (*)	Valor do resarcimento atualizado SELIC
2003	120.180	15.524	722	1.248	1.970
jan/04	12.357	1.583	74	122	195
2004	180.448	23.183	2.144	3.378	5.523
2005	143.631	17.627	1.631	2.315	3.946
2006	180.488	22.713	2.101	2.646	4.747
2007	180.135	22.843	2.113	2.402	4.515
15/4/2008	154.508	19.329	1.929	1.975	3.904
2009	203.286	25.951	2.400	2.202	4.602
2010	215.443	27.467	2.541	2.097	4.638
2011	231.316	29.338	2.714	1.946	4.660
2012	395.174	45.673	4.225	2.648	6.873
2013	346.725	39.298	3.635	2.010	5.645
2014	334.630	37.948	3.510	1.588	5.098
2015	346.064	38.784	3.587	1.221	4.808
2016	373.511	42.671	3.947	1.273	5.220
2017	361.405	40.682	3.763	351	4.114
2018	258.174	28.991	2.682	82	2.763
Total			43.717	29.057	72.774

15. Instrumentos financeiros: A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a segurança das operações e a eficácia de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou qualquer outro ativo de risco. Os instrumentos financeiros são classificados em conformidade com as normas contábeis aplicáveis e seguem a seguinte classificação: **1.1. Instrumentos financeiros:** Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 12, as acionistas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e empresa ligada do seu também acionista Albernate Brazil Holdings Ltda. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que

ações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Categorias	2018	2017
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	49.264	80.997
Contas a receber de clientes	77.825	62.034
Passivos		
Fornecedores	6.573	6.235

(a) Empréstimos e Recebíveis
A apresentação da Sociedade está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **b. Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de alterações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **c. Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de insumos (contas a pagar de materiais de serviço e fornecedores) e a vendas de produtos, contas a receber e receita de vendas). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Sociedade tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Sociedade avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **d. Análise de sensibilidade:** Uma apreciação ou depreciação do dólar no saldo de empréstimos e contas a receber em moeda estrangeira teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Sociedade considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes, como indicado abaixo, líquidas de efeito tributário:

	2018	2017
Impacto no Patrimônio líquido do exercício		
USD (valorização de 16%)	4.224	4.224
USD (valorização de 13%)	3.696	3.696
USD (desvalorização de 16%)	(4.224)	(4.224)
USD (desvalorização de 14%)	(3.696)	(3.696)
Impacto no Patrimônio líquido do exercício		
USD (valorização de 13%)	2.185	2.185
USD (valorização de 11%)	1.874	1.874
USD (desvalorização de 13%)	(2.185)	(2.185)
USD (desvalorização de 11%)	(1.874)	(1.874)

e. Mensuração dos instrumentos financeiros: Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, recebíveis, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis e não sofreram impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial. **16. Obrigações com custos industriais e outros:** A Sociedade registra basicamente suas provisões com custos alafandegários de desembarço nestas rubricas no montante de R\$ 4.363 (R\$ 4.117 em 2017). **17. Contas a Pagar de materiais e serviços:** A Sociedade registra basicamente diretamente o processo de produção tanto para materiais quanto para serviços, conforme quadro abaixo:

	2018	2017
Materiais	3.637	2.902
Serviços	4.051	3.614
Outros	525	1.025
Total	8.213	6.625

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social, suscrito e integralizado, é representado por 502.144.796 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dividido da seguinte forma:
Albernate Brazil Holdings Ltd. (50%) 251.072.398
Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras (50%) 251.072.398
502.144.796
b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não possui reserva legal, visto já ter atingido o limite de 20% de seu capital social. **c. Dividendos:** Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram calculados conforme se segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	60.798	69.045
(-) Reserva legal	-	(2.333)
Base de cálculo	60.798	66.712
Dividendos propostos pelo mínimo de 25%	15.199	16.678
(-) Pagamento de dividendo antecipado	-	(28.000)
Dividendo adicional proposto	45.598	38.712

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrado o valor do dividendo mínimo obrigatório. No exercício de 2017 e conforme ata de reunião do conselho de administração realizada no dia 12 de setembro de 2017, foi aprovado o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 28.000 mil. A parcela remanescente do lucro líquido no valor de R\$ 45.598 (R\$ 38.712 em 2017) foi classificada em 21 de fevereiro de 2018 no patrimônio líquido, como dividendo adicional proposto, conforme preconizado pelo ICPB 08. Segue abaixo o cálculo do lucro líquido por lote de 1.000 ações:

	2018	2017
Lucro Líquido	60.798	69.045
Quantidade de ações	502.145	502.145
	8,2	7,2

d. Outras reservas de lucro: As proposições da destinação do resultado do exercício de 2018, a título de dividendo adicional proposto serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2019. Durante o exercício de 2018 foi pago o valor de R\$ 51.000 a título de dividendos referentes ao resultado do ano de 2017, aprovados na AGO de 25 de Abril de 2018, sendo R\$ 12.288 de parte do saldo da reserva de capital de giro e reinvestimentos e R\$ 38.712 de dividendo adicional proposto. Foi pago no exercício de 2017 o valor de R\$ 31.402 que encontrava-se registrado na reserva de dividendo adicional proposto referente ao ano de 2016, conforme aprovação em AGO de 27 de abril de 2017, que, somados aos R\$ 28.000 de dividendos antecipados no exercício de 2017, representam a quantia total de R\$ 59.402 paga naquele exercício. **19. Receitas:**



Encargos sobre vendas (i) (68.102) (73.652)
Receita líquida (404.595) 359.497
i) Os encargos sobre vendas são os tributos pis, colfins, icms e iof que incidem sobre as vendas para o mercado interno. Para o mercado externo não há tributação. **20. Custos e Despesa por natureza:**

	2018	2017
Insumos e utilidades	186.593	143.944
Gastos com pessoal e benefícios	53.695	53.578
Serviços contratados, fretes e encargos gerais	70.989	57.711
Depreciação (custo de produção e despesas operacionais)	12.699	16.136
Despesa com pessoal e benefícios	323.976	271.369
Recuperação de tributos	21.525	22.234
Participação nos resultados	3.652	4.947
Serviços contratados	10.130	8.397
Fretes	14.166	10.840
Depreciação (não alocada ao custo de produtos vendidos)	1.602	2.187
Outros	12.569	9.159
Total	634.47	577.55
Total de Custos das vendas excluindo as despesas operacionais	260.329	213.614
21. Outras (despesas) receitas, líquidas	2018	2017
Receita na venda de imobilizado	191	107
Receita de aluguel	1.116	1.178
Recuperação de despesas	31	403
Outras receitas	-	79
Recuperação de tributos	2.191	765
Itens s/venda de imobilizado	(2)	(1)
Baixa de investimento	-	(350)
Perdas por impairment	-	(1.162)
Perdas diversas	(160)	(80)
Reversão de impairment	217	-
Provisão para perdas de estoques	(704)	-
Baixa de imobilizado (nota 10 e 11)	(244)	(62)
Total	2.636	7.764

A Sociedade procedeu a recuperação de créditos tributários (Pis e Cofins) inerentes aos últimos 5 anos, sobre encargos de depreciação, peças e serviços de manutenção, custos com pessoal alocados na produção, perfazendo um montante no valor de R\$ 2.191 (R\$7652 em 2017). **22. Resultado financeiro:**

	2018	2017
Despesas financeiras	(183)	(153)
Despesas bancárias e outras	(183)	(153)
Receita financeira	3.713	7.712
Aplicações financeiras (Nota 4)	242	382
Outras	148	77
Total	4.103	8.171
Variações monetárias, líquidas	1.296	(89)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	3.035	315
Contas a receber	177	419
Fornecedores, contas a pagar	(9)	(11)
Outras	4.505	824
Total	8.425	8.652

23. Cobertura de seguros: A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para danos materiais e lucros cessantes para riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, e de responsabilidade civil por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	2018	2017
Cobertura de seguro para:		
Danos materiais	93.033	79.748
Incêndio, queda de raio e explosão	12.538	10.748
Danos elétricos		
Lucros cessantes (período indenitário 6 meses)	163.744	105.069
Outros	3.829	3.282

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Scott Allen Tozier Presidente	Raphael Goszcz Crawford Conselheiro	Oscar Rene Chamberlain Pravia Conselheiro	Rodrigo Abramof Conselheiro
Arlando Moreira Filho Diretor Superintendente	Cid Alves de Carvalho Junior Diretor	CONTADOR André Laurentino de Mello CRC-RJ 084437/O-1	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração pretende liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira completa e adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ, Bernardo Moreira Peixoto Neto - Contador CRC RJ-064887/O-8.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 11 de fevereiro de 2019, sem ressalva, e observado o parágrafo de ênfase, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de ser apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas. Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.

Fernando Eduardo Faleros Ferreira Presidente	André Luis Campos Silva Vice-Presidente	Thays Regina Martins Fontes Moreira Conselheira	Luís Gustavo Viola Gonçalves Conselheiro
---	--	--	---



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Quarta-feira, 20 de Março de 2019 às 03:59:29 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.